

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7273/2024

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOZARLÂNDIA, Estado Goiás**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob o nº **11.271.688/0001-60** situada na Rua São Paulo, s/n, Centro, Setor Centro, na cidade Mozarlândia - GO, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO, FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA DE GÊNEROS FARMACÊUTICOS (MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES E FRALDAS), EM ATENDIMENTO A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA-GO. CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.2. *CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço unitário.*

1.3. *MODO DE DISPUTA: ABERTO*

1.4. *RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:00h do dia 24/09/2024 às 08:30 do dia 11/10/2024.*

1.5. *ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: início 09:00h do dia 11/10/2024.*

1.6. *REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).*

1.7. *LOCAL: Portal: [HTTPS://BLLCOMPRAS.COM](https://bllcompras.com). "Acesso Identificado"*

DO REGISTRO DE PREÇOS

1.8. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas, do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado conforme descrito no Termo de Referência (**ANEXO I**), que preencham as condições exigidas

neste edital e que apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.

3.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Que estejam suspensas de participar de licitações realizadas pelo Município de Mozarlândia, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- c) Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- d) Licitantes que possuam qualquer das vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Empresas com falência decretada ou concordatária ou em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo se a licitante apresentar plano de recuperação aprovado pela Justiça, certifique que a licitante esteja apta econômica e financeira a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração Pública.
- f) Pessoas jurídicas que possuam em seu quadro de pessoal empregados com menos de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- g) Empresas com ramo de atividade incompatível com o objeto da licitação.

3.3. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no site www.bllcompras.com. (<https://bll.org.br/editais/>).

3.4. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

3.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal de Mozarlândia-Goiás responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6 A **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, além da apresentação da declaração constante no **ANEXO VIII** para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate, Art. 44 e 45 da LC 123/2006 e apresentar juntamente com a sua documentação de “HABILITAÇÃO” a última **Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica exigível pela Secretaria da Receita Federal - DEFIS**, ou a última **Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica**, para as ME/EPP não optante pelo Simples Nacional, ou a **CERTIDÃO OU DECLARAÇÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL**, esta, com data de emissão não superior a 60

(sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, sob pena de preclusão.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital.

4.2 Poderão participar desta licitação empresas que atenderem as exigências deste edital e estiverem enquadradas nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com redação dada pela LC 147/2014, enquadradas como **Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte** que estejam com Credenciamento regular ao BLL COMPRAS.

4.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7 Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8 O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.23 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11 O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13 A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, 38XIII, da Constituição;

5.4.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário do item;

6.1.2 Marca;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no termo de referência;

6.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado conforme especificações do Termo de Referência.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.18.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.18.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.19 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 Contiver vícios insanáveis;

8.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.9 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.11 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.12 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.13 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.

9.1.1. Para consulta ao CNPJ:

a) Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO (<https://www.tcm.go.gov.br/site/tcm-em-acao/impedidos-de-licitar-ou-contratar/>);

b) Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO (<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/outros/fornecedores-impedidos>);

c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

9.1.2. Para consulta ao CPF:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CcpfCnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao&cpfCnpj=31381773000199&ordenarPor=nome&direcao=asc>

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça:

(https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form);

c) Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TMC-GO: (<https://www.tcm.go.gov.br/site/tcm-em-acao/impedidos-de-licitar-ou-contratar/>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3.1. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.5.1. Para fins de habilitação jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na entidade competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, constando, em ambos os casos, documento com a última alteração social, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, constando documento com a última alteração social; ou,

d) Os Microempreendedores Individuais deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

9.5.1.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5.2. Para fins de habilitação Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame licitatório;

c) Certificado de regularidade do FGTS-CRF;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida da União expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativa à sede ou domicílio do licitante.

9.5.3. Para fins de habilitação Econômico Financeira:

9.5.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.5.4. Para fins de qualificação técnica:

a) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a licitante ter aptidão para o fornecimento dos itens, com características pertinentes ao objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de direito

público ou privado.

9.6. Regras aplicáveis à habilitação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

9.6.1. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6.1.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.6.1.2. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou a revogação da licitação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.6.1.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.7. Considerações sobre os documentos apresentados para habilitação:

9.7.1. Os documentos necessários à habilitação da proponente que forem anexados no portal de licitações BLL COMPRAS deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

9.7.1.1. O Pregoeiro(a) reserva-se ao direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento. Os documentos solicitados deverão ser anexados no campo “Documentos complementares pós disputa”, no sistema da BLL, para conferência do Pregoeiro(a).

9.7.2. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.7.3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7.4. As certidões, atestados e outros documentos comprobatórios devem ser emitidos pelas autoridades e órgãos competentes e estar dentro do prazo de validade até a data prevista para abertura das propostas, indicada no preâmbulo deste Edital.

9.7.4.1. Caso os documentos para habilitação não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão.

9.7.5. É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente.

9.7.6. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial que vai fornecer o produto, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

9.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação:

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5 fraudar a licitação

13.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2 as peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo portal da BLL, e pelo e-mail: pregaomozarlandia@hotmail.com ou protocolado no setor de protocolo da Prefeitura.

14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no Site do município: www.mozarlandia.go.gov.br. – link: Licitações Portal da BLL.

16. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

- 16.1.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 16.1.1.1. ANEXO II– Estudo Técnico Preliminar
- 16.1.2. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços
- 16.1.3. ANEXO IV – Declaração Conjunta de Responsabilidade
- 16.1.4. ANEXO V - Modelo de Proposta;
- 16.1.5. ANEXO VI – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

14.11.5.1 ANEXO VII – Modelo de dados para assinatura do contrato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, aos 24 de setembro de 2024.

ANA CRISTINA BORGES ROMÃO
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO, FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA DE GÊNEROS FARMACÊUTICOS (MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES E FRALDAS), EM ATENDIMENTO A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA-GO. CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Conforme especificações determinadas no quadro demonstrativo abaixo:

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO.	UNIDADE MEDIDA	QTDE.	VL. UNITÁRIO DO ITEM	VL. TOTAL DO ITEM
1	AAS PROTECT 100 MG	COMPRIMIDO	4.000,00	R\$ 1,138	R\$ 4.552,000
2	ABLOK PLUS 100 MG + 25 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 2,982	R\$ 5.964,000
3	ABLOK PLUS 25 MG + 12,5 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 1,013	R\$ 2.026,000
4	ACEBROFILINA 5 MG/ML XPE	FR	5.000,00	R\$ 11,269	R\$ 56.345,000
5	ACETILCISTEINA 200 MG ENVELOPES - 5 GRS	UNIDADE	1.000,00	R\$ 20,945	R\$ 20.945,000
6	ACICLOVIR 200 MG -	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 0,500	R\$ 2.500,000
7	ACICLOVIR CREME 50 MG/G 5 % PMD -	TUBOS	5.000,00	R\$ 5,441	R\$ 27.205,000
8	ADERA D3 7000 UI	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 6,773	R\$ 6.773,000
9	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENÇÃO ORAL	FRASCO	2.000,00	R\$ 4,382	R\$ 8.764,000
10	ALBENDAZOL 400 MG MASTIGÁVEL -	COMPRIMIDO	7.000,00	R\$ 0,967	R\$ 6.769,000
11	ALCACHOFRA CPR -	COMPRIMIDO	100,00	R\$ 1,013	R\$ 101,300
12	ALLEGRA 120 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 10,700	R\$ 10.700,000
13	ALOPURINOL 300 MG -	COMPRIMIDO	20.000,00	R\$ 1,138	R\$ 22.760,000
14	ALPHAGAN COLIRIO	Vidro	100,00	R\$ 119,524	R\$ 11.952,400
15	AMINOFILINA 100 MG ?	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 0,341	R\$ 682,000
16	AMITRIPTILINA 25 MG -	COMPRIMIDO	100.000,0 0	R\$ 0,739	R\$ 73.900,000
17	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSP. 60 ML	FRASCO	5.000,00	R\$ 36,335	R\$ 181.675,000
18	AMOXICILINA 500 MG -	COMPRIMIDO	40.000,00	R\$ 0,626	R\$ 25.040,000

19	AMPICILINA 500 MG ?	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 1,183	R\$ 3.549,000
20	ANLODIPINO 10 MG -	COMPRIMIDO	60.000,00	R\$ 0,204	R\$ 12.240,000
21	APARELHO DE HGT(COTAR A MESMA MARCA DAS FITAS)	UNIDADE	1.000,00	R\$ 45,533	R\$ 45.533,000
22	ARCOXIA 90 MG (ETORICOXIBE)	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 14,160	R\$ 70.800,000
23	AREDS	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 3,175	R\$ 6.350,000
24	ARIPIRAZOL 15 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 4,837	R\$ 24.185,000
25	ARTROSIL 160 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 4,655	R\$ 4.655,000
26	ARTROSIL 320 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 7,683	R\$ 7.683,000
27	ATENOLOL 100 MG -	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 1,445	R\$ 4.335,000
28	ATENOLOL 25 MG -	COMPRIMIDO	70.000,00	R\$ 0,113	R\$ 7.910,000
29	ATORVASTATINA 10 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 0,682	R\$ 2.046,000
30	ATORVASTATINA 20 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 0,660	R\$ 1.980,000
31	ATORVASTATINA 40 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 1,161	R\$ 5.805,000
32	AZITROMICINA 40 MG/ML SUSPENÇÃO ORAL	FRASCO	4.000,00	R\$ 14,934	R\$ 59.736,000
33	BACLOFENO 10 MG	COMPRIMIDO	15.000,00	R\$ 0,352	R\$ 5.280,000
34	BAMIFILINA 300 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 2,333	R\$ 2.333,000
35	BENICAR HCT 40/12,5 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 4,314	R\$ 21.570,000
36	BENICAR 20 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 3,358	R\$ 10.074,000
37	BENICAR 40 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 3,528	R\$ 10.584,000
38	BISACODIL 5 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 0,569	R\$ 1.138,000
39	BOLSA COLOSTOMIA C/10 UNIDADES	CAIXA	100,00	R\$ 277,753	R\$ 27.775,300
40	BRASART BCC 160 MG + 5 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 5,429	R\$ 27.145,000
41	BRASART BCC 320 MG + 5 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 6,693	R\$ 13.386,000
42	BUDESONIDA 32 MCG AEROSOL NASAL	FRASCO	100,00	R\$ 25,134	R\$ 2.513,400
43	BUDESONIDA 64 MCG AEROSOL NASAL	FRASCO	100,00	R\$ 36,426	R\$ 3.642,600
44	BUTIL ESCOP+DIPIR. 10MG+250MG ?	COMPRIMIDO	30.000,00	R\$ 0,762	R\$ 22.860,000
45	CABERGOLINA 0,5 MG -	COMPRIMIDO	200,00	R\$ 26,306	R\$ 5.261,200
46	CAPTOPRIL 50 MG	COMPRIMIDO	70.000,00	R\$ 0,318	R\$ 22.260,000

47	CARVEDIOLOL 12,5 MG -	COMPRIMIDO	40.000,00	R\$ 0,364	R\$ 14.560,000
48	CARVEDIOLOL 25 MG -	COMPRIMIDO	40.000,00	R\$ 0,500	R\$ 20.000,000
49	CARVEDIOLOL 3,125 MG -	COMPRIMIDO	30.000,00	R\$ 0,250	R\$ 7.500,000
50	CEFALEXINA 500 MG -	COMPRIMIDO	50.000,00	R\$ 2,253	R\$ 112.650,000
51	CETOCONAZOL 20 MG/G (2%) CREME BISNAGA -	TUBO	5.000,00	R\$ 12,453	R\$ 62.265,000
52	CETOCONAZOL 20 MG/G (2%) XAMPU	FRASCO	1.000,00	R\$ 20,546	R\$ 20.546,000
53	CETOCONAZOL 200 MG -	COMPRIMIDO	20.000,00	R\$ 0,728	R\$ 14.560,000
54	CINARIZINA 25 MG	COMPRIMIDO	30.000,00	R\$ 0,774	R\$ 23.220,000
55	CINARIZINA 75MG ?	COMPRIMIDO	30.000,00	R\$ 0,922	R\$ 27.660,000
56	CIPROFIBRATO 100MG	COMPRIMIDO	10.000,00	R\$ 0,807	R\$ 8.070,000
57	CIPROFLOXACINO 2MG/ML C/100ML BOLSAS OU FRASCOS	UNIDADE	2.000,00	R\$ 16,323	R\$ 32.646,000
58	CIPROFLOXACINO 500 MG -	COMPRIMIDO	10.000,00	R\$ 0,387	R\$ 3.870,000
59	CLARITROMICINA 500 MG -	COMPRIMIDO	6.000,00	R\$ 5,133	R\$ 30.798,000
60	CLINDAMICINA 300 MG -	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 2,891	R\$ 8.673,000
61	CLOPIDOGREL 75 MG	COMPRIMIDO	6.000,00	R\$ 1,422	R\$ 8.532,000
62	CLORIDRATO DE AMBROXOL 15MG/5ML SUSPENÇÃO ORAL	FRASCO	1.000,00	R\$ 14,547	R\$ 14.547,000
63	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/G 2 % GEL	TUBOS	5.000,00	R\$ 14,798	R\$ 73.990,000
64	CLORIDRATO DE TIAMINA 300 MG -	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 1,479	R\$ 1.479,000
65	CLORPROMAZINA 25 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 0,796	R\$ 796,000
66	COLETOR DE URINA TIPO SACO 2000 ML ADULTO PACOTE C/ 100	PACOTE	200,00	R\$ 591,933	R\$ 118.386,600
67	COMBIGAN SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	300,00	R\$ 170,750	R\$ 51.225,000
68	CONCOR 2,5 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 3,107	R\$ 6.214,000
69	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR	FRASCO	10.000,00	R\$ 11,258	R\$ 112.580,000

70	DEXAMETASONA 1MG/G (0,1%) CREME BISNAGA	TUBOS	5.000,00	R\$ 3,802	R\$ 19.010,000
71	DEXAMETASONA 4 MG	COMPRIMIDO	50.000,00	R\$ 1,593	R\$ 79.650,000
72	DEXCLOFENIRAMINA 0,4MG/ML SOLUÇÃO ORAL OU XAROPE	FRASCO	4.000,00	R\$ 9,675	R\$ 38.700,000
73	DIGOXINA 0,25 MG	COMPRIMIDO	25.000,00	R\$ 0,535	R\$ 13.375,000
74	DIMETICONA 40 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 0,660	R\$ 1.320,000
75	DIOVAN HCT 320 MG + 25 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 8,992	R\$ 8.992,000
76	DIPIRONA SODICA 500 MG	COMPRIMIDOS	100.000,0 0	R\$ 0,307	R\$ 30.700,000
77	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS	FRASCO	10.000,00	R\$ 11,838	R\$ 118.380,000
78	DISPOSITIVO PARA INCONTINECIA URINARIA MASCULINO COM EXTENSOR (JUNTEX)	UNIDADE	10.000,00	R\$ 4,223	R\$ 42.230,000
79	DIURIX 25 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 0,284	R\$ 284,000
80	DOMPERIDONA 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	6.000,00	R\$ 0,295	R\$ 1.770,000
81	DULOXETINA 60 MG	COMPRIMIDO	6.000,00	R\$ 4,245	R\$ 25.470,000
82	ELIQUIS 5 MG	UNIDADE	2.000,00	R\$ 7,410	R\$ 14.820,000
83	ENALAPRIL 5 MG -	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 0,113	R\$ 339,000
84	ENOXAPARINA 60 MG/0,6 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	SERINGAS	1.000,00	R\$ 31,873	R\$ 31.873,000
85	ENTRESTO 49 MG + 51 MG	COMPRIMIDO	7.000,00	R\$ 9,004	R\$ 63.028,000
86	ENTRESTO 97 MG + 103 MG	COMPRIMIDO	7.000,00	R\$ 9,220	R\$ 64.540,000
87	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL ESCALONADO TUBO EM 1 VIA EM PVC PONTA PERFURANTE, COM PROTETOR REGULADOR DE FLUXO POSSUI O COMPRIMENTO	UNIDADE	5.000,00	R\$ 4,439	R\$ 22.195,000

	APROXIMADAMENTE DE 150CM ESPESSURA DE 0.45MM DIÂMETRO EXTERNO DE 4.0MM CONECTOR ESCALONADO TAMPA DO CONECTOR CÂMARA FLEXÍVEL MARCA REFERENCIA: WILTEX				
88	ERITROMICINA 25 MG/ML SUSPENSÃO ORAL -	UNIDADE	50,00	R\$ 15,594	R\$ 779,700
89	ERITROPOETINA 4.000UI-	AMPOLAS	1.000,00	R\$ 37,565	R\$ 37.565,000
90	ESCITALOPRAM 15 MG -	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 1,001	R\$ 5.005,000
91	ESOMEPRAZOL MAGNESIO 20 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 1,582	R\$ 4.746,000
92	ESPIRONOLACTONA 25 MG -	COMPRIMIDO	60.000,00	R\$ 0,660	R\$ 39.600,000
93	ESPIRONOLACTONA 50 MG -	COMPRIMIDO	30.000,00	R\$ 1,058	R\$ 31.740,000
94	EXFORGE HCT 160 MG + 12,5 MG + 10 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 10,051	R\$ 20.102,000
95	EXFORGE HCT 160 MG + 12,5 MG + 5 MG (VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA + ANLODIPINO)	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 8,514	R\$ 25.542,000
96	FITAS PARA HGT C/50 UNID (COTAR A MESMA MARCA DO APARELHO)	CAIXA	10.000,00	R\$ 45,533	R\$ 455.330,000
97	FLAVONID 450 MG + 50 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 1,490	R\$ 1.490,000
98	FRALDA GERIATRICA TAMANHO G	UNIDADE	80.000,00	R\$ 2,504	R\$ 200.320,000
99	FRALDA GERIATRICA TAMANHO M	UNIDADE	80.000,00	R\$ 2,504	R\$ 200.320,000
100	FRALDA GERIATRICA TAMANHO P	UNIDADE	50.000,00	R\$ 2,504	R\$ 125.200,000
101	FRALDA GERIATRICA TAMANHO XG	UNIDADE	80.000,00	R\$ 2,766	R\$ 221.280,000

102	FRASCO P/ NUTRIÇÃO ENTERAL 300 ML	UNIDADE	5.000,00	R\$ 1,639	R\$ 8.195,000
103	FUROSEMIDA 40 MG -	COMPRIMIDO	100.000,00	R\$ 0,318	R\$ 31.800,000
104	GLICAZIDA 30 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA -	COMPRIMIDO	10.000,00	R\$ 0,500	R\$ 5.000,000
105	GLICAZIDA 60 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA -	COMPRIMIDO	50.000,00	R\$ 1,172	R\$ 58.600,000
106	HALOPERIDOL 2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	50,00	R\$ 26,921	R\$ 1.346,050
107	HIDROCLORITIAZIDA 25 MG -	COMPRIMIDO	100.000,00	R\$ 0,079	R\$ 7.900,000
108	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60MG/ML A 63MG/ML SUSPENÇÃO ORAL	UNIDADE	1.000,00	R\$ 6,829	R\$ 6.829,000
109	IBUPROFENO 300 MG -	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 0,682	R\$ 3.410,000
110	IBUPROFENO 50 MG/ML SUSPENÇÃO ORAL GOTAS -	FRASCO	3.000,00	R\$ 5,691	R\$ 17.073,000
111	IBUPROFENO 600 MG -	COMPRIMIDO	60.000,00	R\$ 0,443	R\$ 26.580,000
112	IMENSE 50 MG	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 3,243	R\$ 3.243,000
113	INDAPEN SR 1,5 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 1,331	R\$ 3.993,000
114	JANUMET 50/850 FOSFATO DE SITAGLIPTINA 50mg + CLORIDRATO DE METFORMINA 850mg	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 6,112	R\$ 18.336,000
115	JANUVIA 100 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 10,814	R\$ 21.628,000
116	KEPPRA 250 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 3,585	R\$ 7.170,000
117	KEPPRA 750 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 9,106	R\$ 27.318,000
118	LACRIMA PLUS COLIRIO - C/ 01 FRASCO	FRASCO	100,00	R\$ 51,065	R\$ 5.106,500
119	LEVOFLOXACINO 500MG FRASCO(BOLSAS) 100ML	FRASCO	300,00	R\$ 39,841	R\$ 11.952,300
120	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG -	COMPRIMIDO	50.000,00	R\$ 0,546	R\$ 27.300,000

121	LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG -	COMPRIMIDO	50.000,00	R\$ 0,523	R\$ 26.150,000
122	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG -	COMPRIMIDO	50.000,00	R\$ 0,648	R\$ 32.400,000
123	LOPERAMIDA 2 MG ?	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 0,182	R\$ 182,000
124	LORATADINA 1 MG/ML XPE -	FRASCO	5.000,00	R\$ 10,859	R\$ 54.295,000
125	LORATADINA 10 MG -	COMPRIMIDO	20.000,00	R\$ 2,265	R\$ 45.300,000
126	LORAZEPAM 2 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 1,195	R\$ 5.975,000
127	LOSARTANA POTASSICA 50 MG -	COMPRIMIDO	200.000,0 0	R\$ 0,113	R\$ 22.600,000
128	MALEATO DE TIMOLOL 5MG/ML (0,5%)SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO -	FRASCO	100,00	R\$ 14,775	R\$ 1.477,500
129	MEBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL	FR	500,00	R\$ 5,429	R\$ 2.714,500
130	MEIA ELÁSTICA 7/8 VENOSAN 2-0-30 MMHG ULTRALINE 4000 COMPRESSÃO	UNIDADE	100,00	R\$ 512,250	R\$ 51.225,000
131	MEIAS CALÇA MEDICINAL VENOSAN CONFORTILE 6000, 30- 40 MMHG DE MEDIA COMPRESSAO ELASTICA TAMANHO M	UNIDADE	50,00	R\$ 512,250	R\$ 25.612,500
132	METFORMINA 500 MG -	COMPRIMIDO	70.000,00	R\$ 0,341	R\$ 23.870,000
133	METFORMINA 850 MG	COMPRIMIDO	100.000,0 0	R\$ 0,318	R\$ 31.800,000
134	METOCLOPRAMIDA 10 MG -	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 0,569	R\$ 1.138,000
135	METRONIDAZOL 100 MG/G(10%)CREME OU GEL VAGINAL BISNAGA -	TUBOS	600,00	R\$ 16,300	R\$ 9.780,000
136	METRONIDAZOL 250 MG	COMPRIMIDO	10.000,00	R\$ 0,398	R\$ 3.980,000
137	MICONAZOL 20 MG/ML(2%) CREME VAGINAL BISNAGA -	TUBO	500,00	R\$ 16,642	R\$ 8.321,000
138	MICONAZOL 20 MG/ML(2%) GEL ORAL -	TUBO	50,00	R\$ 15,594	R\$ 779,700

139	MICONAZOL 20 MG/ML(2%) LOÇÃO -	UNIDADE	50,00	R\$ 21,400	R\$ 1.070,000
140	MICONAZOL CREME DERMATOLOGICO	TUBO	2.000,00	R\$ 22,220	R\$ 44.440,000
141	MIDAZOLAM 2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL -	UNIDADE	50,00	R\$ 51,225	R\$ 2.561,250
142	MILGAMMA 150 MG	COMPRIMIDOS	3.000,00	R\$ 3,915	R\$ 11.745,000
143	MIRTAZAPINA 30 MG	COMPRIMIDO	6.000,00	R\$ 2,788	R\$ 16.728,000
144	NAPRIX A RAMIPRIL 5 MG+ BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 3,243	R\$ 9.729,000
145	NEBIVOLOL 5 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 0,967	R\$ 4.835,000
146	NEOMICINA + BACITRACINA 10GR	TUBO	5.000,00	R\$ 5,691	R\$ 28.455,000
147	NEVRIX 100 MG + 100 MG + 5000 MCG	COMPRIMIDO	7.000,00	R\$ 4,610	R\$ 32.270,000
148	NIFEDIPINO 10 MG	COMPRIMIDO	4.000,00	R\$ 0,967	R\$ 3.868,000
149	NIFEDIPINO 20 MG	COMPRIMIDO	60.000,00	R\$ 1,161	R\$ 69.660,000
150	NIMESULIDA 100 MG -	COMPRIMIDO	50.000,00	R\$ 0,204	R\$ 10.200,000
151	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENÇÃO ORAL -	UNIDADE	50,00	R\$ 10,859	R\$ 542,950
152	NORFLOXACINO 400 MG -	COMPRIMIDO	20.000,00	R\$ 0,978	R\$ 19.560,000
153	OLANZAPINA 10 MG	COMPRIMIDOS	3.000,00	R\$ 0,956	R\$ 2.868,000
154	ÓLEO DE GIRASSOL(DERSANE) 200ML FRASCO	FRASCO	500,00	R\$ 11,360	R\$ 5.680,000
155	OMEPRAZOL 20 MG CAPSULA	COMPRIMIDO	100.000,00	R\$ 0,056	R\$ 5.600,000
156	ONDANSETRONA 4 MG -	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 0,944	R\$ 944,000
157	ONDANSETRONA 8 MG -	COMPRIMIDO	1.000,00	R\$ 1,889	R\$ 1.889,000
158	PANTOPRAZOL 40 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 0,341	R\$ 1.705,000
159	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS -	FRASCO	5.000,00	R\$ 4,006	R\$ 20.030,000
160	PARACETAMOL 500 MG -	COMPRIMIDO	70.000,00	R\$ 0,091	R\$ 6.370,000
161	PAROXETINA 20 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 0,523	R\$ 2.615,000
162	PERMETRINA 10 MG/G LOÇÃO -	UNIDADE	300,00	R\$ 11,110	R\$ 3.333,000

163	PERMETRINA 50 MG/G LOÇÃO -	FRASCO	1.000,00	R\$ 10,040	R\$ 10.040,000
164	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 1,34 MG/ML (EQUIV. A 1 MG DE PREDNISOLONA) -	FRASCO	1.000,00	R\$ 10,927	R\$ 10.927,000
165	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 4,02 MG/ML (EQUIV. A 3 MG DE PREDNISOLONA) -	FRASCO	4.000,00	R\$ 10,927	R\$ 43.708,000
166	PREDNISONA 20 MG	COMPRIMIDO	30.000,00	R\$ 0,421	R\$ 12.630,000
167	PREDNISONA 5 MG -	COMPRIMIDO	15.000,00	R\$ 0,330	R\$ 4.950,000
168	PREGABALINA 50MG	COMPRIMIDO	4.000,00	R\$ 1,024	R\$ 4.096,000
169	PREGABALINA 75 MG-	COMPRIMIDO	20.000,00	R\$ 0,591	R\$ 11.820,000
170	PROMETAZINA 25 MG -	COMPRIMIDO	50.000,00	R\$ 0,387	R\$ 19.350,000
171	PROPAFENONA 300 MG -	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 2,333	R\$ 4.666,000
172	PROPRANOLOL 40 MG -	COMPRIMIDO	60.000,00	R\$ 0,284	R\$ 17.040,000
173	PURAN T4 150 MCG	COMPRIMIDOS	1.000,00	R\$ 1,081	R\$ 1.081,000
174	PURAN T4 25 MCG	COMPRIMIDOS	3.000,00	R\$ 0,728	R\$ 2.184,000
175	PURAN T4 50 MCG	COMPRIMIDOS	3.000,00	R\$ 0,807	R\$ 2.421,000
176	PURAN T4 75 MCG	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 0,887	R\$ 2.661,000
177	QUETIAPINA 25 MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 0,330	R\$ 660,000
178	REMERON SOLTAB 15 MG	COMPRIMIDOS	1.000,00	R\$ 6,374	R\$ 6.374,000
179	RISPERIDONA 1 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 0,330	R\$ 1.650,000
180	RISPERIDONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL FR 30 ML	FRASCO	1.000,00	R\$ 38,395	R\$ 38.395,000
181	ROSUVASTATINA CÁLCICA 40 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 5,407	R\$ 27.035,000
182	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL (SORO ORAL)	UNIDADE	20.000,00	R\$ 3,016	R\$ 60.320,000
183	SERTRALINA 100 MG	COMPRIMIDO	6.000,00	R\$ 0,739	R\$ 4.434,000
184	SERTRALINA 50 MG	COMPRIMIDO	7.000,00	R\$ 0,341	R\$ 2.387,000
185	SONDA URETRAL Nº 12 C/ 10 UNIDADES	PACOTES	2.000,00	R\$ 1,115	R\$ 2.230,000
186	SUCCINATO DE METROPOLOL 100 MG	COMPRIMIDO	60.000,00	R\$ 1,115	R\$ 66.900,000

	CPR LIBERAÇÃO CONTROLADA -				
187	SUCCINATO DE METROPOLOL 25 MG CPR LIBERAÇÃO CONTROLADA -	COMPRIMIDO	60.000,00	R\$ 0,910	R\$ 54.600,000
188	SUCCINATO DE METROPOLOL 50 MG CPR LIBERAÇÃO CONTROLADA -	COMPRIMIDO	60.000,00	R\$ 88,790	R\$ 5.327.400,000
189	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G(1%) CREME -	TUBO	4.000,00	R\$ 14,195	R\$ 56.780,000
190	SULFAMETOXAZOL 40 MG/ML + TRIMETOPRIMA 8MG/ML SUSPENÇÃO ORAL	FRASCO	2.000,00	R\$ 11,941	R\$ 23.882,000
191	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPRIMA 80 MG	COMPRIMIDO	15.000,00	R\$ 0,557	R\$ 8.355,000
192	SULFATO FERROSO 5 MG/ML XPE	FRASCO	200,00	R\$ 4,325	R\$ 865,000
193	SULFATO SALBUTAMOL 0,4MG/ML 100ML SUSPENÇÃO ORAL-	UNIDADE	100,00	R\$ 12,293	R\$ 1.229,300
194	SUSTRATE 10 MG	COMPRIMIDOS	2.000,00	R\$ 0,933	R\$ 1.866,000
195	TARTARATO DE BRIMONIDINA 2 MG/ML 5 ML	FRASCO	100,00	R\$ 14,570	R\$ 1.457,000
196	TINEDAZOL + NITRATO DE MICONAZOL CREME	TUBO	300,00	R\$ 15,594	R\$ 4.678,200
197	TORVAL CR 500 MG	COMPRIMIDO	5.000,00	R\$ 2,891	R\$ 14.455,000
198	TRAMADOL 50 MG	COMPRIMIDOS	10.000,00	R\$ 2,265	R\$ 22.650,000
199	TRIMBOW 100+6+12,5 MCG SOLUÇÃO AEROSOL INALATÓRIA 120 DOSES	CAIXA	100,00	R\$ 398,416	R\$ 39.841,600
200	VENOVAZ 450MG+50MG	COMPRIMIDO	2.000,00	R\$ 1,479	R\$ 2.958,000
201	VIGADEXA SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	100,00	R\$ 63,883	R\$ 6.388,300
202	ZINPASS 10 MG	COMPRIMIDO	3.000,00	R\$ 2,845	R\$ 8.535,000

Total:	R\$ 10.502.724,150
---------------	-------------------------------

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente termo objetiva a **aquisição, futura, eventual e parcelada de gêneros farmacêuticos (medicamentos, materiais hospitalares e fraldas), em atendimento a farmácia básica do município de Mozarlândia-go. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.** através da realização de **Pregão eletrônico – ata de Registro de Preços** por um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis, na forma do Art. 105 e 106, da Lei Federal nº 14.133/21.

2.2. De acordo com a justificativa da administração e o parecer jurídico (anexos), **NÃO SERÁ DESTINADO ITENS EXCLUSIVOS E COTAS RESERVADAS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

3. JUSTIFICATIVA

3.1. **Aquisição, futura, eventual e parcelada de gêneros farmacêuticos (medicamentos, materiais hospitalares e fraldas), em atendimento a farmácia básica do município de Mozarlândia-go. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos,** através da realização de **PREGÃO ELETRÔNICO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.** Para atendimento de determinações judiciais e requerimentos municipais, tendo em vista que os pregões encontram em fase de finalizar, pregões nº 19/2023, 009/2023 e 020/2023, justifica-se tendo em vista que pelas características dos produtos há necessidade de contratações frequentes, e também levando em consideração as seguintes vantagens: agilidade das aquisições e/ou contratações; redução de custos, inexistência de grandes estoques; inexistência de desembolso financeiro de estoques, desnecessidade de espaços físicos para estocagem, além de não ser possível definir previamente o quantitativo total dos produtos a ser demandado. No procedimento licitatório deverá ser levado em consideração, em todos os termos, também os itens, natureza, economicidade e a finalidade dos produtos a serem adquiridos.

3.2. O levantamento dos quantitativos foi realizado pela Farmácia Básica do Município. Sendo possível observar as quantidades no Documento de Formulação de Demanda e ETP - Estudo Técnico Preliminar, ambos acostados aos autos. O responsável informou que quantidades foram estimadas de acordo com a demanda existente dos últimos 12 meses e acrescidas em alguns casos em média 25% a mais do que o consumo anual, visando à abertura de novas unidades e prevendo o aumento da dispensação.

3.3. A referida licitação far-se-á no Sistema de Registro de Preço tendo em vista que as atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde exigem que tais materiais sejam adquiridos de forma frequente e parcelada, e que pela natureza de alguns objetos, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, atendendo assim o que preconiza o artigo 3º do Decreto 11.462/2023 que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços. Isso está em conformidade com as orientações do TCU e TCM, que estabelecem que as compras públicas sejam planejadas e, sempre que possível, utilize-se o Sistema de Registro de Preço, evitando as aquisições emergenciais e fragmentadas.

4. JUSTIFICATIVA EMITIDA PELA ÁREA TÉCNICA QUANTO A AMPLA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

4.1. Em relação à ampla participação das empresas, justificamos que deve prevalecer o princípio da economicidade na presente contratação, haja vista a previsão legal contida no art. 49, inciso III, da Lei Complementar n.º 123/2006, prevê a inaplicabilidade do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando ficar demonstrado que a contratação, por esses meios, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

4.2. Igualmente, ao se permitir a ampla participação no processo licitatório por parte das empresas, permite-se que até mesmo as grandes fabricantes possam participar e competir entre si, o que é vantajoso à Administração Pública, pois, com isso, e, em razão da especificidade do produto a ser adquirido, os preços praticados são, sem sombra de dúvidas, menores do que os ofertados pelas microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3. Dessa forma, entendemos que, na presente aquisição, deve ser observado o princípio da economicidade, a fim de garantir que a contratação será vantajosa à Administração Pública, devendo, portanto, o processo licitatório ter participação ampla às empresas que se interessarem pelo feito, não limitando a participação de licitantes qualificados como microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4. Isto posto, justificamos que a aplicação de cotas não é vantajosa, visto que esta restringe a segurança da gestão contratual, propiciando prejuízo para o conjunto dos serviços, além de comprometer a economia de escala, devendo ainda, ser adotado o critério de julgamento “Menor Preço Por Item” **NÃO SERÁ DESTINADO ITENS EXCLUSIVOS E COTAS RESERVADAS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

4.6. A justificativa completa sobre a ampla participação das empresas encontra-se detalhada no Anexo I do termo de referência.

5. DEMONSTRATIVO DE RESULTADO A SER ALCANÇADO (ECONOMICIDADE)

5.1. A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à aquisição em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será o “**MENOR PREÇO POR ITEM**”. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia em função do custo benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao(s) produto ofertado(s) pela(s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o **MENOR PREÇO ITEM**.

6. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, contados da sua publicação.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento referente aos produtos fornecidos pela empresa vencedora do certame licitatório deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da mercadoria e emissão da competente nota fiscal, através **de transferência eletrônica ou depósito em conta.**

7.2. A cada Nota Fiscal apresentada a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Municipais do Município de Mozarlândia;
- b) Certidão de Regularidade /FGTS (Lei 8.036/90);

c) Certidão de Regularidade /INSS (Lei 8.212/91);

d) Certidão de Regularidade / CNDT.

8. DA FONTE DE RECURSOS

8.1. A despesa de que trata o objeto desse Termo de Referência ocorrerá às custas da seguinte dotação orçamentária:

a) 15.04.10.301.0067.2007.3.3.90.30 Ficha 0208.000 Fonte 102

9. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. DA CONTRATADA

9.1.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas nesse Termo de Referência;

9.1.2. A contratada se obriga a entregar os produtos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da solicitação de entrega, se responsabilizando pela comunicação ao órgão solicitante sobre quaisquer fatos supervenientes que possam gerar atrasos;

9.1.2.a. A alteração de preço no mercado e a escassez do produto ou de sua matéria-prima deverão ser comunicadas de imediato. No primeiro caso será anexada nota fiscal anterior e posterior ao contrato. No segundo caso deverá ser apresentada carta formal explicando as circunstâncias.

9.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

9.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2. DA CONTRATANTE

9.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações impostas no contrato;

9.2.1.a. Inclui-se neste rol o fornecimento de reequilíbrio financeiro a que se fizer jus, desde que apresentado formalmente o pedido e que seja acompanhado de notas fiscais, conforme estabelece o item “8.1.2.a”.

9.2.2. Efetuar o pagamento da CONTRATADA nos termos do contrato;

9.2.3. Aplicar a CONTRATADA todas as sanções cabíveis, caso ocorra o descumprimento do contrato;

9.2.4. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato.

10. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA OS MATERIAIS E HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS

10.1. A proposta deverá conter marca e apresentação dos produtos de acordo com o descritivo do fabricante;

10.2. Para os itens que a legislação **assim o exigir**, deverá constar na proposta o Registro da Anvisa para todos os itens.

10.3. Em todos os produtos deverão conter dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número do lote e número de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, modo de usar e, conforme determinação em lei;

10.4. A Licitante deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica**, comprovando que já efetuou, em órgãos públicos/empresas, serviços similares aos do objeto do presente Termo de Referência.

10.5. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária ou Licença de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme o caso, segundo o que dispõe a Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998 (Gabinete Ministerial/Ministério da Saúde);

a) Quando se mostrar inviável a apresentação do documento em questão, será admitida a apresentação de um documento complementar (também emitido pelo órgão de vigilância sanitária competente) comprovando a prorrogação do prazo de validade do documento. Na ocorrência desta situação, a licitante deverá apresentar além do documento (Alvará Sanitário ou a Licença Sanitária) que esteja vencido, o outro documento (declaração) que comprove a prorrogação do prazo de validade de seu documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária).

b) Quando se tratar de empresa recém constituída será admitida a apresentação do protocolo de solicitação do documento (Alvará Sanitário ou Licença sanitária competente). Neste caso, o documento deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato, quando solicitado, sob pena de ser punido com as medidas cabíveis.

c) Nos casos em que a empresa licitante seja considerada isenta da apresentação do Alvará Sanitário ou da Licença Sanitária, a licitante deverá fazer prova de sua isenção por meio de documento expedido pelo órgão sanitário competente.

d) A não apresentação do documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária) ou ainda da declaração ou protocolo de entrada, fará presumir que a licitante não possui o documento, ou que não possui condições de revalidação, o que poderá ser motivo da inabilitação da participante.

e) Será admitida a apresentação do documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária) da sede da licitante.

f) Os termos, Alvará Sanitário ou Licença Sanitária significam a mesma coisa. A previsão das duas nomenclaturas se dá tão somente pelo fato de que há divergências de designação por localidade, contudo, a licitante deverá ter em mente que deverá apresentar um documento que comprove que ela adota as medidas cabíveis de asseio e vigilância sanitária no acondicionamento ou manuseio de seus produtos.

10.6. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA OU CERTIDÃO, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da emitente que comprovem ter o licitante fornecido de maneira satisfatória, compatíveis em características com o objeto desta licitação.

10.7. A Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA abrange matriz e filiais, exceto em caso de Autorização de Funcionamento

12. DA VALIDADE DOS PRODUTOS

- 12.1. Especificação completa e outros elementos indispensáveis à precisa caracterização de cada um dos itens;
- 12.2. Os produtos que tenham durabilidade de 24 meses devem apresentar validade mínima de 01 ano e seis meses a partir da data de entrega;
- 12.3. Os produtos que tenham durabilidade de 36 meses devem apresentar validade mínima de 02 anos a partir da data de entrega;

13. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- a) A entrega, na forma contratual e designada na Ata de Registro de Preços, será de forma parcelada ou total, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal, devendo ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis depois da ordem de fornecimento (OF) emitida pelo Departamento de Compras, onde devem constar as quantidades e o(s) produto(s) solicitado(s).
- b) As solicitações não possuem limites na requisição dos produtos e serão efetuadas de acordo com a conveniência administrativa, limitados unicamente ao total licitado.
- c) A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pelo Fornecedor, receberá o (s) produtos) s) provisoriamente por 5 (cinco) dias corridos, para verificação de especificação (ões), quantidade (s), marca (s), preço (s), prazo (s) e outras exigências que se fizerem pertinentes.
- d) Encontrando irregularidade ou caso o (s) produto (s) esteja (m) fora dos padrões determinados, a unidade recebedora o (s) devolverá para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do (s) mesmos (s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP.
- e) Em caso de irregularidade não sanada pelo /fornecedor, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao Órgão competente para providências de penalização.
- f) É vedada, tanto a entrega do (s) produto (s) por parte do Fornecedor, quanto o recebimento do (s) mesmo (s) pelos órgãos participantes com marca (s) diferente (s) da (s) aprovada (s) e devidamente publicada (s) nos Diários Oficiais.
- g) O prazo de validade do produto deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento. Os produtos deverão ser entregues em horário comercial (das 08h às 11:00h e das 13h às 17h00min.) em nosso Almoxarifado abaixo descrito e/ou outro local indicado pelo Setor de Compras na Ordem de Fornecimento:

FARMÁCIA BÁSICA DE MOZARLÂNDIA-GO.

RUA JOSE CAMELO QD. 23, LT.17, CENTRO - MOZARLANDIA - GO. CEP: 76.700-000.

h) Não será recebida mercadoria por Almoxarifado diverso do constante em local para entrega na Ordem de Fornecimento, mesmo se estiver em único “conhecimento” de entrega pela transportadora, haja vista que cada setor da SMS Mozarlândia- GO tem sua OF solicitada e conhecimento técnico específico para conferência quando do recebimento do produto.

i) Deverá constar no campo de observação da Nota Fiscal o número da Ordem de Fornecimento (OF), a Unidade a qual será entregue os produtos, bem como o número do (PREGÃO).

j) As solicitações não possuem limites na requisição dos produtos e serão efetuadas de acordo com a conveniência administrativa, limitados unicamente ao total licitado.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

15.2. A Secretaria Municipal de Saúde, através do Departamento de Compras emitirá a ordem de compra após a assinatura do contrato.

15.3. A contratante se reserva o direito de adquirir apenas parte do produto licitado, quer seja em razão de não necessitar da sua totalidade, quer seja para adequar os gastos à Lei de Responsabilidade Fiscal.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS/ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

16.1. A gestão e fiscalização ficará a cargo do gestor e dos fiscais já nomeados pelo Secretário Municipal de Saúde em ato indicativo quais sejam:

16.2. Ficará como fiscal do contrato a **Sr^a. BRENA LORRANA GONÇALVES ALVES RIBEIRO**, servidora da Secretaria Municipal de Saúde.

ANA CRISTINA BORGES ROMÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

JORJIANO ALMEIDA DE MATOS
GERENTE DE COMPRAS

Obs: O Termo de referência original constante da fase interna do processo está assinado.

ANEXO II

PROCESSO Nº XXX/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO

1.1 Licitação para **AQUISIÇÃO, FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA DE GÊNEROS FARMACÊUTICOS (MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES E FRALDAS), EM ATENDIMENTO A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA-GO** A equipe de Planejamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE elaborou os Estudos Preliminares, conforme regulamento, no âmbito do município constantes DECRETO Nº60, DE 26 DE JANEIRO DE 2024, implantação e regulamentação da Nova Lei de Licitação 14.133/2021.

2. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
JORJIANO ALMEIDA DE MATOS	GERENTE DE COMPRAS	FARMÁCIA BÁSICA

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

3.1. A presente contratação surge da necessidade de aquisição, **FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA DE GÊNEROS FARMACÊUTICOS (MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES E FRALDAS), EM ATENDIMENTO A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA-GO** através da realização de **PREGÃO ELETRÔNICO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**. Para a manutenção e fornecimento do município. Para atender mandados de segurança e requerimentos municipais do Fundo Municipal de Saúde de Mozarlândia-GO.

3.2. A formação de registro de preços tem por finalidade garantir, pelo período de 12 (doze) meses, a reposição de estoque de Medicamentos, Materiais e Fraldas necessários para assegurar o serviço prestado aos munícipes.

3.3. A escolha pelo sistema de registro de preços se dá em virtude da sazonalidade da demanda ao longo do ano, não sendo prudente a contratação de quantidades fechadas sob o risco de realizar aquisição aquém da necessidade dentro do exercício financeiro. O SRP também é um instrumento eficaz de controle de gastos uma vez que a administração não é obrigada a contratar os itens registrados, o que lhe garante autonomia na contenção de gastos.

3.4. A aquisição de **GÊNEROS FARMACÊUTICOS (MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES E FRALDAS), EM ATENDIMENTO A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA-GO**, através da realização de **PREGÃO ELETRÔNICO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**. justifica-se tendo em vista que pelas características dos produtos há necessidade de contratações frequentes, e também levando em consideração as seguintes vantagens: agilidade das aquisições e/ou contratações; redução de custos, inexistência de grandes estoques; inexistência de desembolso financeiro para formação de estoques; desnecessidade de espaços físicos para estocagem, além de não ser possível definir previamente o quantitativo

total dos produtos a ser demandado. No procedimento licitatório deverá ser levado em consideração, em todos os termos, também os itens, natureza, economicidade e a finalidade dos produtos a serem adquiridos.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. DA CONTRATADA

- 4.1.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas nesse Termo de Referência;
- 4.1.2. A contratada se obriga a entregar os produtos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da solicitação de entrega, se responsabilizando pela comunicação ao órgão solicitante sobre quaisquer fatos supervenientes que possam gerar atrasos;
- 4.1.2.a. A alteração de preço no mercado e a escassez do produto ou de sua matéria-prima deverão ser comunicadas de imediato. No primeiro caso será anexada nota fiscal anterior e posterior ao contrato. No segundo caso deverá ser apresentada carta formal explicando as circunstâncias.
- 4.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;
- 4.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

5.1 As quantidades informadas neste Estudo Técnico serão suficientes para atender o Fundo Municipal de Saúde de Mozarlândia-GO, por um período de 12 (doze) meses, tomando como parâmetro básico a média aritmética simples dos consumos das contratações de anos anteriores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

6. DA METODOLOGIA APLICADA ÀS QUANTIDADES ESTIMADAS

6.1. A metodologia aplicada para calcular o quantitativo proposto foi a realização da média aritmética simples dos consumos das contratações de anos anteriores.

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO.	UNIDADE MEDIDA	QTDE.
1	AAS PROTECT 100 MG	COMPRIMIDO	4.000,00
2	ABLOK PLUS 100 MG + 25 MG	COMPRIMIDO	2.000,00
3	ABLOK PLUS 25 MG + 12,5 MG	COMPRIMIDO	2.000,00
4	ACEBROFILINA 5 MG/ML XPE	FR	5.000,00
5	ACETILCISTEINA 200 MG ENVELOPES - 5 GRS	UNIDADE	1.000,00
6	ACICLOVIR 200 MG -	COMPRIMIDO	5.000,00
7	ACICLOVIR CREME 50 MG/G 5 % PMD -	TUBOS	5.000,00
8	ADERA D3 7000 UI	COMPRIMIDO	1.000,00
9	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	2.000,00
10	ALBENDAZOL 400 MG MASTIGÁVEL -	COMPRIMIDO	7.000,00
11	ALCACHOFRA CPR -	COMPRIMIDO	100,00
12	ALLEGRA 120 MG	COMPRIMIDO	1.000,00
13	ALOPURINOL 300 MG -	COMPRIMIDO	20.000,00
14	ALPHAGAN COLIRIO	Vidro	100,00
15	AMINOFILINA 100 MG ?	COMPRIMIDO	2.000,00

16	AMITRIPTILINA 25 MG -	COMPRIMIDO	100.000,00
17	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSP. 60 ML	FRASCO	5.000,00
18	AMOXICILINA 500 MG -	COMPRIMIDO	40.000,00
19	AMPICILINA 500 MG ?	COMPRIMIDO	3.000,00
20	ANLODIPINO 10 MG -	COMPRIMIDO	60.000,00
21	APARELHO DE HGT(COTAR A MESMA MARCA DAS FITAS)	UNIDADE	1.000,00
22	ARCOXIA 90 MG (ETORICOXIBE)	COMPRIMIDO	5.000,00
23	AREDS	COMPRIMIDO	2.000,00
24	ARIPIRAZOL 15 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
25	ARTROSIL 160 MG	COMPRIMIDO	1.000,00
26	ARTROSIL 320 MG	COMPRIMIDO	1.000,00
27	ATENOLOL 100 MG -	COMPRIMIDO	3.000,00
28	ATENOLOL 25 MG -	COMPRIMIDO	70.000,00
29	ATORVASTATINA 10 MG	COMPRIMIDO	3.000,00
30	ATORVASTATINA 20 MG	COMPRIMIDO	3.000,00
31	ATORVASTATINA 40 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
32	AZITROMICINA 40 MG/ML SUSPENÇÃO ORAL	FRASCO	4.000,00
33	BACLOFENO 10 MG	COMPRIMIDO	15.000,00
34	BAMIFILINA 300 MG	COMPRIMIDO	1.000,00
35	BENICAR HCT 40/12,5 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
36	BENICAR 20 MG	COMPRIMIDO	3.000,00
37	BENICAR 40 MG	COMPRIMIDO	3.000,00
38	BISACODIL 5 MG	COMPRIMIDO	2.000,00
39	BOLSA COLOSTOMIA C/10 UNIDADES	CAIXA	100,00
40	BRASART BCC 160 MG + 5 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
41	BRASART BCC 320 MG + 5 MG	COMPRIMIDO	2.000,00
42	BUDESONIDA 32 MCG AEROSOL NASAL	FRASCO	100,00
43	BUDESONIDA 64 MCG AEROSOL NASAL	FRASCO	100,00
44	BUTIL ESCOP+DIPIR. 10MG+250MG ?	COMPRIMIDO	30.000,00
45	CABERGOLINA 0,5 MG -	COMPRIMIDO	200,00
46	CAPTOPRIL 50 MG	COMPRIMIDO	70.000,00
47	CARVEDIOLOL 12,5 MG -	COMPRIMIDO	40.000,00
48	CARVEDIOLOL 25 MG -	COMPRIMIDO	40.000,00
49	CARVEDIOLOL 3,125 MG -	COMPRIMIDO	30.000,00
50	CEFALEXINA 500 MG -	COMPRIMIDO	50.000,00
51	CETOCONAZOL 20 MG/G (2%) CREME BISNAGA -	TUBO	5.000,00
52	CETOCONAZOL 20 MG/G (2%) XAMPU	FRASCO	1.000,00
53	CETOCONAZOL 200 MG -	COMPRIMIDO	20.000,00
54	CINARIZINA 25 MG	COMPRIMIDO	30.000,00
55	CINARIZINA 75MG ?	COMPRIMIDO	30.000,00
56	CIPROFIBRATO 100MG	COMPRIMIDO	10.000,00

57	CIPROFLOXACINO 2MG/ML C/100ML BOLSAS OU FRASCOS	UNIDADE	2.000,00
58	CIPROFLOXACINO 500 MG -	COMPRIMIDO	10.000,00
59	CLARITROMICINA 500 MG -	COMPRIMIDO	6.000,00
60	CLINDAMICINA 300 MG -	COMPRIMIDO	3.000,00
61	CLOPIDOGREL 75 MG	COMPRIMIDO	6.000,00
62	CLORIDRATO DE AMBROXOL 15MG/5ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	1.000,00
63	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/G 2 % GEL	TUBOS	5.000,00
64	CLORIDRATO DE TIAMINA 300 MG -	COMPRIMIDO	1.000,00
65	CLORPROMAZINA 25 MG	COMPRIMIDO	1.000,00
66	COLETOR DE URINA TIPO SACO 2000 ML ADULTO PACOTE C/ 100	PACOTE	200,00
67	COMBIGAN SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	300,00
68	CONCOR 2,5 MG	COMPRIMIDO	2.000,00
69	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR	FRASCO	10.000,00
70	DEXAMETASONA 1MG/G (0,1%) CREME BISNAGA	TUBOS	5.000,00
71	DEXAMETASONA 4 MG	COMPRIMIDO	50.000,00
72	DEXCLOFENIRAMINA 0,4MG/ML SOLUÇÃO ORAL OU XAROPE	FRASCO	4.000,00
73	DIGOXINA 0,25 MG	COMPRIMIDO	25.000,00
74	DIMETICONA 40 MG	COMPRIMIDO	2.000,00
75	DIOVAN HCT 320 MG + 25 MG	COMPRIMIDO	1.000,00
76	DIPIRONA SODICA 500 MG	COMPRIMIDOS	100.000,00
77	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS	FRASCO	10.000,00
78	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA MASCULINO COM EXTENSOR (JUNTEX)	UNIDADE	10.000,00
79	DIURIX 25 MG	COMPRIMIDO	1.000,00
80	DOMPERIDONA 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	6.000,00
81	DULOXETINA 60 MG	COMPRIMIDO	6.000,00
82	ELIQUIS 5 MG	UNIDADE	2.000,00
83	ENALAPRIL 5 MG -	COMPRIMIDO	3.000,00
84	ENOXAPARINA 60 MG/0,6 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	SERINGAS	1.000,00
85	ENTRESTO 49 MG + 51 MG	COMPRIMIDO	7.000,00
86	ENTRESTO 97 MG + 103 MG	COMPRIMIDO	7.000,00

87	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL ESCALONADO TUBO EM 1 VIA EM PVC PONTA PERFURANTE, COM PROTETOR REGULADOR DE FLUXO POSSUI O COMPRIMENTO APROXIMADAMENTE DE 150CM ESPESSURA DE 0.45MM DIÂMETRO EXTERNO DE 4.0MM CONECTOR ESCALONADO TAMPA DO CONECTOR CÂMARA FLEXÍVEL MARCA REFERENCIA: WILTEX	UNIDADE	5.000,00
88	ERITROMICINA 25 MG/ML SUSPENSÃO ORAL -	UNIDADE	50,00
89	ERITROPOETINA 4.000UI-	AMPOLAS	1.000,00
90	ESCITALOPRAM 15 MG -	COMPRIMIDO	5.000,00
91	ESOMEPRAZOL MAGNESIO 20 MG	COMPRIMIDO	3.000,00
92	ESPIRONOLACTONA 25 MG -	COMPRIMIDO	60.000,00
93	ESPIRONOLACTONA 50 MG -	COMPRIMIDO	30.000,00
94	EXFORGE HCT 160 MG + 12,5 MG + 10 MG	COMPRIMIDO	2.000,00
95	EXFORGE HCT 160 MG + 12,5 MG + 5 MG (VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA + ANLODIPINO)	COMPRIMIDO	3.000,00
96	FITAS PARA HGT C/50 UNID (COTAR A MESMA MARCA DO APARELHO)	CAIXA	10.000,00
97	FLAVONID 450 MG + 50 MG	COMPRIMIDO	1.000,00
98	FRALDA GERIATRICA TAMANHO G	UNIDADE	80.000,00
99	FRALDA GERIATRICA TAMANHO M	UNIDADE	80.000,00
100	FRALDA GERIATRICA TAMANHO P	UNIDADE	50.000,00
101	FRALDA GERIATRICA TAMANHO XG	UNIDADE	80.000,00
102	FRASCO P/ NUTRIÇÃO ENTERAL 300 ML	UNIDADE	5.000,00
103	FUROSEMIDA 40 MG -	COMPRIMIDO	100.000,00
104	GLICAZIDA 30 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA -	COMPRIMIDO	10.000,00
105	GLICAZIDA 60 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA -	COMPRIMIDO	50.000,00
106	HALOPERIDOL 2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	50,00
107	HIDROCLORITIAZIDA 25 MG -	COMPRIMIDO	100.000,00
108	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60MG/ML A 63MG/ML SUSPENÇÃO ORAL	UNIDADE	1.000,00
109	IBUPROFENO 300 MG -	COMPRIMIDO	5.000,00
110	IBUPROFENO 50 MG/ML SUSPENÇÃO ORAL GOTAS -	FRASCO	3.000,00

111	IBUPROFENO 600 MG -	COMPRIMIDO	60.000,00
112	IMENSE 50 MG	COMPRIMIDO	1.000,00
113	INDAPEN SR 1,5 MG	COMPRIMIDO	3.000,00
114	JANUMET 50/850 FOSFATO DE SITAGLIPTINA 50mg + CLORIDRATO DE METFORMINA 850mg	COMPRIMIDO	3.000,00
115	JANUVIA 100 MG	COMPRIMIDO	2.000,00
116	KEPPRA 250 MG	COMPRIMIDO	2.000,00
117	KEPPRA 750 MG	COMPRIMIDO	3.000,00
118	LACRIMA PLUS COLIRIO - C/ 01 FRASCO	FRASCO	100,00
119	LEVOFLOXACINO 500MG FRASCO(BOLSAS) 100ML	FRASCO	300,00
120	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG -	COMPRIMIDO	50.000,00
121	LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG -	COMPRIMIDO	50.000,00
122	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG -	COMPRIMIDO	50.000,00
123	LOPERAMIDA 2 MG ?	COMPRIMIDO	1.000,00
124	LORATADINA 1 MG/ML XPE -	FRASCO	5.000,00
125	LORATADINA 10 MG -	COMPRIMIDO	20.000,00
126	LORAZEPAM 2 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
127	LOSARTANA POTASSICA 50 MG -	COMPRIMIDO	200.000,00
128	MALEATO DE TIMOLOL 5MG/ML (0,5%)SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO -	FRASCO	100,00
129	MEBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL	FR	500,00
130	MEIA ELÁSTICA 7/8 VENOSAN 2-0-30 MMHG ULTRALINE 4000 COMPRESSÃO	UNIDADE	100,00
131	MEIAS CALÇA MEDICINAL VENOSAN CONFORTILE 6000, 30-40 MMHG DE MEDIA COMPRESSAO ELASTICA TAMANHO M	UNIDADE	50,00
132	METFORMINA 500 MG -	COMPRIMIDO	70.000,00
133	METFORMINA 850 MG	COMPRIMIDO	100.000,00
134	METOCLOPRAMIDA 10 MG -	COMPRIMIDO	2.000,00
135	METRONIDAZOL 100 MG/G(10%)CREME OU GEL VAGINAL BISNAGA -	TUBOS	600,00
136	METRONIDAZOL 250 MG	COMPRIMIDO	10.000,00
137	MICONAZOL 20 MG/ML(2%) CREME VAGINAL BISNAGA -	TUBO	500,00
138	MICONAZOL 20 MG/ML(2%) GEL ORAL -	TUBO	50,00
139	MICONAZOL 20 MG/ML(2%) LOÇÃO -	UNIDADE	50,00
140	MICONAZOL CREME DERMATOLOGICO	TUBO	2.000,00
141	MIDAZOLAM 2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL -	UNIDADE	50,00
142	MILGAMMA 150 MG	COMPRIMIDOS	3.000,00
143	MIRTAZAPINA 30 MG	COMPRIMIDO	6.000,00
144	NAPRIX A RAMIPRIL 5 MG+ BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG	COMPRIMIDO	3.000,00

145	NEBIVOLOL 5 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
146	NEOMICINA + BACITRACINA 10GR	TUBO	5.000,00
147	NEVRIX 100 MG + 100 MG + 5000 MCG	COMPRIMIDO	7.000,00
148	NIFEDIPINO 10 MG	COMPRIMIDO	4.000,00
149	NIFEDIPINO 20 MG	COMPRIMIDO	60.000,00
150	NIMESULIDA 100 MG -	COMPRIMIDO	50.000,00
151	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENÇÃO ORAL -	UNIDADE	50,00
152	NORFLOXACINO 400 MG -	COMPRIMIDO	20.000,00
153	OLANZAPINA 10 MG	COMPRIMIDOS	3.000,00
154	ÓLEO DE GIRASSOL(DERSANE) 200ML FRASCO	FRASCO	500,00
155	OMEPRAZOL 20 MG CAPSULA	COMPRIMIDO	100.000,00
156	ONDANSETRONA 4 MG -	COMPRIMIDO	1.000,00
157	ONDANSETRONA 8 MG -	COMPRIMIDO	1.000,00
158	PANTOPRAZOL 40 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
159	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS -	FRASCO	5.000,00
160	PARACETAMOL 500 MG -	COMPRIMIDO	70.000,00
161	PAROXETINA 20 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
162	PERMETRINA 10 MG/G LOÇÃO -	UNIDADE	300,00
163	PERMETRINA 50 MG/G LOÇÃO -	FRASCO	1.000,00
164	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 1,34 MG/ML (EQUIV. A 1 MG DE PREDNISOLONA) -	FRASCO	1.000,00
165	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 4,02 MG/ML (EQUIV. A 3 MG DE PREDNISOLONA) -	FRASCO	4.000,00
166	PREDNISONA 20 MG	COMPRIMIDO	30.000,00
167	PREDNISONA 5 MG -	COMPRIMIDO	15.000,00
168	PREGABALINA 50MG	COMPRIMIDO	4.000,00
169	PREGABALINA 75 MG-	COMPRIMIDO	20.000,00
170	PROMETAZINA 25 MG -	COMPRIMIDO	50.000,00
171	PROPAFENONA 300 MG -	COMPRIMIDO	2.000,00
172	PROPRANOLOL 40 MG -	COMPRIMIDO	60.000,00
173	PURAN T4 150 MCG	COMPRIMIDOS	1.000,00
174	PURAN T4 25 MCG	COMPRIMIDOS	3.000,00
175	PURAN T4 50 MCG	COMPRIMIDOS	3.000,00
176	PURAN T4 75 MCG	COMPRIMIDO	3.000,00
177	QUETIAPINA 25 MG	COMPRIMIDO	2.000,00
178	REMERON SOLTAB 15 MG	COMPRIMIDOS	1.000,00
179	RISPERIDONA 1 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
180	RISPERIDONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL FR 30 ML	FRASCO	1.000,00

181	ROSUVASTATINA CÁLCICA 40 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
182	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL (SORO ORAL)	UNIDADE	20.000,00
183	SERTRALINA 100 MG	COMPRIMIDO	6.000,00
184	SERTRALINA 50 MG	COMPRIMIDO	7.000,00
185	SONDA URETRAL Nº 12 C/ 10 UNIDADES	PACOTES	2.000,00
186	SUCCINATO DE METROPOLOL 100 MG CPR LIBERAÇÃO CONTROLADA -	COMPRIMIDO	60.000,00
187	SUCCINATO DE METROPOLOL 25 MG CPR LIBERAÇÃO CONTROLADA -	COMPRIMIDO	60.000,00
188	SUCCINATO DE METROPOLOL 50 MG CPR LIBERAÇÃO CONTROLADA -	COMPRIMIDO	60.000,00
189	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G(1%) CREME -	TUBO	4.000,00
190	SULFAMETOXAZOL 40 MG/ML + TRIMETOPRIMA 8MG/ML SUSPENÇÃO ORAL	FRASCO	2.000,00
191	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPRIMA 80 MG	COMPRIMIDO	15.000,00
192	SULFATO FERROSO 5 MG/ML XPE	FRASCO	200,00
193	SULFATO SALBUTAMOL 0,4MG/ML 100ML SUSPENÇÃO ORAL-	UNIDADE	100,00
194	SUSTRATE 10 MG	COMPRIMIDOS	2.000,00
195	TARTARATO DE BRIMONIDINA 2 MG/ML 5 ML	FRASCO	100,00
196	TINEDAZOL + NITRATO DE MICONAZOL CREME	TUBO	300,00
197	TORVAL CR 500 MG	COMPRIMIDO	5.000,00
198	TRAMADOL 50 MG	COMPRIMIDOS	10.000,00
199	TRIMBOW 100+6+12,5 MCG SOLUÇÃO AEROSOL INALATÓRIA 120 DOSES	CAIXA	100,00
200	VENOVAZ 450MG+50MG	COMPRIMIDO	2.000,00
201	VIGADEXA SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	100,00
202	ZINPASS 10 MG	COMPRIMIDO	3.000,00

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS

7.1. As pesquisas de preços obtidas através de consulta no banco de preços, pesquisa com fornecedores e sítios.

7.2. Valor estimado total R\$ 10.502.724,15 (Dez milhões e quinhentos e dois mil e setecentos e vinte e quatro reais e quinze centavos).

8. FONTE ORÇAMENTÁRIA

8.1. 15.04.10.301.0067.2007.3.3.90.30 Ficha 0208.000 Fonte 102

9. FORMA E LOCAL DE ENTREGA

a) A entrega, na forma contratual e designada na Ata de Registro de Preços, será de forma parcelada ou total, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal, devendo ocorrer em até 15 (quinze) dias

úteis depois da ordem de fornecimento (OF) emitida pelo Departamento de Compras, onde devem constar as quantidades e o(s) produto(s) solicitado(s).

b) As solicitações não possuem limites na requisição dos produtos e serão efetuadas de acordo com a conveniência administrativa, limitados unicamente ao total licitado.

c) O prazo de validade do produto deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento. Os produtos deverão ser entregues em horário comercial (das 08h às 11:00h e das 13h às 17h00min.) em nosso Almoxarifado abaixo descrito e/ou outro local indicado pelo Setor de Compras na Ordem de Fornecimento:

FARMÁCIA BÁSICA DE MOZARLÂNDIA-GO.

RUA JOSE CAMELO QD.23 LT.17, CENTRO - MOZARLÂNDIA - GO. CEP: 76.700-000.

Deverá constar no campo de observação da Nota Fiscal o número da Ordem de Fornecimento (OF), a Unidade a qual será entregue os produtos, bem como o número do (PREGÃO).

10. METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA DE PREÇOS

10.1. A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

- a) Plataforma do Banco de Preços mediante contrato com o Fundo Municipal de Saúde de Mozarlândia-GO, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- b) Sítios eletrônicos especializados;
- c) Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciam em mais de 180 (cento e oitenta) dias;
- d) Serão utilizados, como metodologia para obtenção de preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a formação do registro de preços, obter um mecanismo ágil e seguro para realização de futuras aquisições de forma parcelada e eventual, sem comprometimento da execução orçamentária.

12. JUSTIFICATIVA PARA OPERCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

12.1 Não cabe parcelamento, tendo em vista que a pretensa contratação trata de Formação de Registro de Preços e a aquisição será através de Atas de Registro de acordo com a disponibilidade orçamentária.

13. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

13.1 Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1 Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, bem como nos registros das aquisições anteriores e considerando que o fornecimento eventual é de acordo com as reais necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Mozarlândia-GO, a equipe de planejamento julga como procedente e viável a presente demanda, devendo-se dar prosseguimento ao processo de Formação de Registro de Preços.

14.2 A contratação pretendida mostra-se viável, atende adequadamente à demanda formulada e às as diretrizes legais, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, inexistindo riscos.

ANA CRISTINA BORGES ROMÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

JORJIANO ALMEIDA DE MATOS
GERENTE DE COMPRAS

ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

O Município de Mozarlândia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob o nº 11.271.688/0001-60, com sede na Rua São Paulo, s/nº, Setor Central, nesta cidade, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, a Srª. Ana Cristina Borges Romão, brasileira, casada, portador da C.I. nº xxxx – xxxx-xx e do CPF(MF) nº xxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado em Mozarlândia, Goiás, CEP 76700-.000.

Considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA Nº XXX/2024, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º XXXX/,2024 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR:

....., com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, email:, neste ato representada por seu, Sr(a).
....., residente em, portador da Carteira de Identidade nº, CPF nº

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo I, do edital de Licitação nº xxx/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	V Un	Prazo garantia ou validade

3. DO PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I deste edital.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Saúde de Mozarlândia-GO.

5. DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO

5.1. O responsável pela fiscalização do Contrato é a Srª Brena Lorrana Gonçalves Alves Ribeiro, Servidora da Secretaria Municipal de Saúde.

6. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação conforme Decreto Federal nº 11.462/23, art. 31.

6.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

6.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

6.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

6.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

6.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

6.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

6.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 6.7.

6.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.1 O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

7.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

7.5.2.2. Mantiverem sua proposta original.

7.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.6. O registro a que se refere o item 7.5.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

7.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.

7.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 10.1, observando o item 7.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 7.5.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

7.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 11.1.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.4.2.

9.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 11.41, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9.2 e no item 9.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

10.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

10.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

10.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 10.3.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 11.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.4.1. Por razão de interesse público;

11.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses

em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*.

13.1.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Mozarlândia-GO, ----- de ----- de 2024.

ANA CRISTINA BORGES ROMÃO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª) _____
CPF Nº: _____

2ª) _____
CPF Nº: _____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE RESPONSABILIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

(Nome da Empresa): -----

CNPJ/MF Nº -----

Endereço Completo: -----

(RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ/MF sob nº (NÚMERO DO CNPJ), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), aqui representada por (NOME E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL), para fins de participação no procedimento licitatório supramencionado, e em cumprimento a legislação e regulamentos vigentes, às quais se submete, declara sob as penas da Lei que:

1. Não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta do Município de Morrinhos - GO;
2. Não foi declarada inidônea em nenhuma esfera pelo Poder Público;
3. Não existe fato impeditivo à sua habilitação;
4. Não possui, entre os proprietários desta empresa, nenhum titular de mandato eletivo, nas esferas públicas, federal, estadual e municipal;
5. Não possui no quadro de funcionários menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
6. Que cumpre as normas relativas a saúde e a segurança do trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto quaisquer responsabilidades do Município de Morrinhos;

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local -----, ---- de ----- de 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

OBJETO: -----

ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNIDADE	MARCA	V. UNIT	V TOTAL

Razão Social:

CNPJ:

Endereço correspondência:

E-mail:

Telefone:

Prazo de validade da proposta:

Banco: Agência: Conta Corrente:

Cidade: UF

Nome do representante legal responsável pela assinatura da Ata:

Nome completo:

RG:

CPF:

Data de nascimento:

Endereço de residência:

Cidade:

Profissão:

E-mail particular:

E-mail institucional:

Telefone:

Declaro que no preço acima mencionado está incluso lucro, transporte, (carga e descarga), impostos, taxas, encargos sociais e tributários.

Local -----, ---- de ----- de 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.

(O licitante deverá apresentar, em impresso próprio, declaração, devidamente datada, carimbada e assinada).

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Prezados Senhores,

A empresa (-----), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº (-----), com sede na cidade de (-----), estado de (-----), situado (-----), telefone (-----), por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a) (-----), portador(a) do documento de RG nº (-----) e CPF nº (-----), DECLARA, sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que é MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos de enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº XXX/2024, realizado pela Prefeitura do Município de Mozarlândia - GO.

Local -----, ---- de ----- de 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.

(O licitante deverá apresentar, em impresso próprio, declaração, devidamente datada, carimbada e assinada).

ANEXO VII
MODELO DE DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

À
Prefeitura do Município de Mozarlândia – GO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

As informações constantes abaixo deverão ser atualizadas, pois serão consideradas como documento integrante do processo licitatório. Tais dados deverão estar de acordo com os que integrarão à respectiva Nota Fiscal, para fins de faturamento.

Seu teor é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:.....**INSC. ESTADUAL:****INSC. MUNICIPAL**
TELEFONE: (...)
EMAIL:
ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado, CEP).

QUEM ASSINARÁ O CONTRATO:

(Caso não tenha sido comprovado no processo licitatório poderes para assinatura do respectivo contrato, será necessário a apresentação de procuração com poderes específicos para assinar contratos).

NOME COMPLETO:
DATA DE NASCIMENTO:/...../.....
ESTADO CIVIL.....**NACIONALIDADE:**
EMAIL:
TELEFONE: (...)

CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA:
RG (com órgão e estado emissor):**CPF:**

ENDEREÇO / DOMICÍLIO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):

.....
.....
.....